

1 ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
2 HIDRICOS – CEHIDRO.

3 Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às 09h 15min no  
4 Auditório do Parque Massario Okamura, ocorreu a 42ª Reunião Ordinária do Conselho  
5 Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da  
6 41ª Reunião Ordinária; Informes: Apresentação do Relatório de Recursos Hídricos da  
7 Reunião do Sistema Estadual de Recursos Hídricos; Assuntos Gerais. A reunião foi  
8 presidida pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Secretário Executivo do CEHIDRO,  
9 assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença  
10 dos seguintes Conselheiros: Sra. Sanny Saggin, representante da SEDRAF; Sra. Telma  
11 Luzia Monteiro, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante do  
12 SICME; Sr. Antonio Candido da Silva Filho, representante do SECITEC; Sr. Ernandes  
13 Sobreira Oliveira Júnior, representante da UNEMAT; Sr. Nicélio Acácio da Silva,  
14 representante do IBAMA; Sr. Welito Lacerda da Silva, representante da AMM; Sr.  
15 Fernando Shirashi, representante da ABES; Sr. Décio Eloi Siebert, representante dos  
16 COMITÊS; Sr. Bathilde Jorge Moais Abdala, representante da OAB; Sr. Archimedes  
17 Pereira Lima Neto, representante do CREA-MT; Sr. Leopoldo Pires de Castro e Sra.  
18 Luciana Lusía da Silva Calçada Barreto, representantes da CAB; Sra. Alessandra Panizi  
19 de Souza, representante da FIEMT; Sr. Joilson José Fonseca da Silva, representante da  
20 VITÓRIA RÉGIA; Sr. Rodrigo Alexandre Azevedo Araujo, representante do IMADEA; Sr.  
21 Edson Eugenio Bruemuller, representante da MARAJÁ; Sra. Shirley Moreira,  
22 representante da RENOSA; Sr. Marcio Roberto Queiroz Gonçalves, representante da  
23 AESA; Sr. Paulo Henrique Sêmpio Borges e Sr. Bruno Mees Ferreira, representantes da  
24 AÇÃO VERDE. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de  
25 todos e colocando aos conselheiros que o Sr. José Esteves de Lacerda Filho, Presidente  
26 do CEHIDRO, e a Sr. Ilson Fernandes Sanches, Secretário Adjunto de Qualidade  
27 Ambiental, se comprometeram a participar da reunião e devem comparecer em breve  
28 para se apresentar e ouvir as demandas dos conselheiros. Em seguida colocou em  
29 apreciação a Ata da 41ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
30 questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se  
31 manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 41ª Reunião Ordinária  
32 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O  
33 Secretário Executivo passou então aos informes, colocando aos conselheiros que  
34 houveram algumas substituições de conselheiros, sendo o Sr. Claumir Muniz,

representante titular da UNEMAT, foi substituído pelo Sr. Ernandes Sobreira Oliveira Júnior, a Sra. Claudia Amaral, representante suplente da RENOSA, foi substituída pela Sra. Ester Cordeiro Ferreira, destacando que a RENOSA passou a se denominar Companhia Maranhense de Refrigerantes. Em seguida colocou aos conselheiros que houve a substituição do Secretário de Meio Ambiente e dos Secretários Adjuntos no mês de janeiro, assumindo como Secretário de Estado do Meio Ambiente o Sr. José Esteves de Lacerda Filho e como Secretário Adjunto de Qualidade Ambiental o Sr. Ilson Fernandes Sanches, destacando que os mesmos estão se inteirando sobre o funcionamento da SEMA, ponderando que a Secretaria Executiva sugere que seja constituída uma comissão de conselheiros para se apresentar aos secretários, colocando aos mesmos o que é o CEHIDRO e a sua importância. A conselheira Alessandra Panizi questionou se a Secretaria Executiva irá subsidiar a comissão com informações, ao que a Secretaria do CEHIDRO respondeu que sim, complementando que pode ser agendada a reunião no dia que os conselheiros solicitarem. O conselheiro Décio Siebert sugeriu que fosse no dia 21 de fevereiro, as 10 horas, o que foi aprovado pelos conselheiros. O Secretário Executivo questionou que entidades gostariam de compor a comissão, ao que se ofereceram a FIEMT, SES, CBH, AESA, VITORIA REGIA, OAB, CREA, CAB e AÇÃO VERDE. Dando continuidade, informou aos conselheiros que o XV ENCOB ocorrerá no Rio Grande do Sul, devendo ocorrer no mês de outubro uma vez que em novembro já está agendado um evento de nível nacional da Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Informou aos conselheiro que este ano esta prevista a realização do 10º Seminário Estadual de Recursos Hídricos, juntamente com a Semana do Meio Ambiente, entre os dias 05 a 09 de junho. Em seguida, o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que existem algumas pendências de 2012 que devem ser tratadas no decorrer de 2013, sendo elas a definição se o Conselho irá trabalhar com a cobrança, definições em relação ao poder deliberativo dos comitês e a atitude do Conselho quanto à Resolução nº 55/12 do CONSEMA. Colocou então aos conselheiros que em relação as deliberações dos comitês as mesmas são seguidas de forma sistemática em outros lugares porque os comitês são fortes nas suas regiões, e um comitê se faz forte quando as entidades que o compõem são fortes. O conselheiro Décio Siebert colocou que o Prefeito de Tangará da Serra convocou todos os secretários e vereadores para participar de uma discussão sobre a importância dos comitês, destacando que ele já viu que o comitê pode ser parceiro e ajudar, atuando preventivamente e não só mediando conflitos, sugerindo que as decisões dos Comitês sejam embasadas e encaminhadas para o

69 CEHIDRO referendá-las. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que isto pode  
70 dificultar a gestão, exemplificando que caso cada comitê resolva colocar mais solicitações  
71 para o licenciamento isto irá engessar o processo, sendo complementado pelo  
72 conselheiro Bathilde Abdala que ocorrendo desta forma a pauta do CEHIDRO iria se  
73 resumir a referendar decisões dos comitês. O conselheiro Décio Siebert colocou que os  
74 comitês terão bom senso de não encaminhar ao CEHIDRO processos desnecessários. O  
75 Secretário Executivo sugeriu que as deliberações dos comitês sejam discutidas na  
76 CTGPar, que já trata da criação dos comitês, e a Resolução nº 55 seja discutida na  
77 CTIntigração, o que foi aprovado pelos conselheiros, e questionou sobre como seria a  
78 discussão em relação à cobrança. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que se  
79 definindo as atribuições e o papel dos comitês ficará mais fácil se definir sobre a cobrança  
80 pelo uso da água. O conselheiro Décio Siebert colocou que a cobrança e as atribuições  
81 dos comitês estão na Lei 9.433/97, ponderando que uma das atribuições dos comitês é  
82 definir a cobrança, a qual deve ser feita por bacia e não por estado, destacando que seu  
83 receio é de que seja feita uma cobrança cartorial por decreto governamental. O Secretário  
84 Executivo colocou que o dinheiro da compensação financeira pela geração de energia  
85 elétrica que é destinado ao estado e anteriormente era dividido ente SEMA e SICME, hoje  
86 entra na cota única do estado, sendo possível o seu uso até para o pagamento de dívidas  
87 com a união, o que quer dizer que não temos mais domínio sobre esta fonte, sendo  
88 previsto a voltar a ser dividido entre a SEMA e a SICME somente em 2014. Colocou ainda  
89 que não é bem visto pelo governo a criação de novos fundos, para que os mesmos  
90 existam ou sejam recriados, deve ser repassado para o Secretário sua necessidade e  
91 funcionalidade, convencendo-o, para que o mesmo tenha argumentos junto ao  
92 Governador, de forma a convencer este último a autorizar sua criação. Complementou  
93 que o Estado do Rio de Janeiro iniciou a cobrança através de instrumentos legais e como  
94 não foi discutida a sua obrigatoriedade, gerou muitos protestos e depósitos em juízo,  
95 somente após muitas reuniões e ficando claro que o dinheiro arrecadado seria revertido  
96 para a bacia hidrográfica onde realizou-se a cobrança é que os grandes usuários  
97 concordaram, entenderam e aceitaram a cobrança. A conselheira Sanny Saggin ponderou  
98 que o Estado tem amadurecido aos poucos e deve-se pensar em tudo, inclusive na  
99 estrutura requerida para isto, destacando que os comitês que são importantes estão se  
100 fortalecendo agora, colocando que deve ser feita uma discussão para amadurecer o tema,  
101 até devido ao mesmo ser polemico. A Secretaria do CEHIDRO colocou que mesmo a  
102 decisão de implantar ou não a cobrança na sua bacia e as taxas a serem cobradas serem

atribuições dos comitês, deve ser feito uma decreto estadual e uma resolução do CEHIDRO regulamentando a cobrança no Estado, para a partir daí os comitês atuarem, destacando ainda que a intenção da Secretaria Executiva é exatamente discutir este tema para amadurecermos o conceito e as ideias, para somente então elaborarmos uma minuta de decreto ou de resolução, e evitarmos sermos pegos de surpresa se este assunto for abordado. Sugeriu que nas próximas pautas fossem incluídos temas relacionados à cobrança, o que foi aprovado pelos conselheiros. Dando continuidade, o Secretário Executivo apresentou aos conselheiros o espelho de falta das entidades nas reuniões realizadas durante o ano de 2012, destacando que o mandato é referente ao biênio 2012/2013 e que as entidades não governamentais e usuários de água podem ser excluídas após 2 faltas consecutivas ou 3 faltas alternadas, conforme o Regimento Interno. Em seguida passou a palavra à Secretaria do CEHIDRO para que a mesma apresentasse o Relatório da Reunião do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. A Secretaria do CEHIDRO iniciou colocando aos conselheiros que a reunião aconteceu nos dias 04 e 05 de novembro de 2012, dentro do XIV ENCOB e apresentando os objetivos e a metodologia aplicada na mesma. Em seguida apresentou os resultados, destacando a participação, o grau de implementação dos projetos, as contribuições dos participantes e a priorização dos projetos, concluindo que o horário da reunião e a realização de outras reuniões concomitantes dificultou a participação, os resultados da reunião servem como balizadores, porém não são definitivos, a falta de integração entre todos os órgãos que participam da gestão dos recursos hídricos dificulta a implementação dos projetos do PERH o qual tornou-se um projeto da SEMA, e não um projeto de Governo, concluindo por fim que a gestão de recursos hídricos apresentou avanços, porém aquém do ideal devido a não participação de diversos órgãos. O Secretário Executivo colocou que a conclusão final é a que sempre tememos, de que o PERH fosse um plano de Secretaria e não um plano de governo. O conselheiro Décio Siebert colocou que um dos Secretários anteriores da SEMA se comprometeu a levar o PERH na reunião de condução do Governador, visando horizontalizar o plano para as demais secretarias, porém não cumpriu sua promessa. O Secretário Executivo apresentou aos conselheiros o Sr. Ilson Fernandes Sanches, Secretário Adjunto de Qualidade Ambiental, e passou a palavra ao mesmo. O Secretário Adjunto pediu desculpas pelo atraso, colocou que o Secretário de Estado do Meio Ambiente não poderá comparecer em virtude de outra agenda, destacando que está satisfeito por estar participando de uma reunião do CEHIDRO e da representatividade do mesmo, ponderando que o Conselho será um parceiro para levar a

frente o PERH e a ideia é vender qualquer tipo de potencial que o estado possua. Colocou que sabe da importância dos recursos hídricos não somente para os empresários mas também para o próprio planeta, ponderando que ainda esta em fase de conhecer os projetos e gostaria de trabalhar de forma ao PERH se tornar realmente um Plano de Governo, destacando que não é da área mas tem boa vontade para aprender e conta com todos os conselheiros para aprofundar o seu conhecimento. Destacou que será parceiro do Recursos Hídricos, colocando que será implantada a sala de situação e também esta se implantando o Plano Nacional de Qualidade da Água juntamente com a ANA, destacando que seu cargo é provisório, porém a intenção é deixar uma estrutura bem montada para a SEMA e o Conselho funcionarem, colocando-se à disposição para atender aos conselheiros. O conselheiro Rodrigo Araújo deu as boas vindas ao Secretário Adjunto e se apresentou como representante do IMADEA, ponderando que diversos outros secretários já vieram à Plenária do CEHIDRO e demonstraram boa vontade para atender as demandas, porém o PERH só será um Plano de Governo e as demandas do CEHIDRO só serão atendidas se o Presidente do CEHIDRO passar a participar e presidir as reuniões, pois o mesmo é que possui o poder de decisão e que pode levar as demandas ao governador, destacando que acredita que todas as informações serão passadas ao Secretário com fidelidade, porém só a presença do mesmo como Presidente é que faz ele obter uma visão real do sentimento do Conselho e das suas necessidades, destacando ainda que outros conselhos, como o CONSEMA, CEDEM, CDA e CDRS contam com seus presidentes nas suas reuniões, o que fortalece o próprio Conselho. O conselheiro Décio Siebert colocou ao Secretário Adjunto que é representante dos Comitês de Bacia e solicitou aos mesmo que não fosse alterada a estrutura hoje existente na SURH, incluindo-se aí os ocupantes dos cargos comissionados, ponderando que atua no CEHIDRO há oito anos e acompanhou todo o processo de implementação da Política de Recursos Hídricos no Estado, a qual tem ocorrido ao longo do tempo e se alterando a estrutura pode ocorrer uma quebra neste processo de implementação. Solicitou ainda que seja dada prioridade à elaboração de planos de bacia hidrográfica, especialmente nas bacias que possuem comitês, em vez do Plano Estratégico Ambiental exigido para o licenciamento de empreendimentos energéticos através de ação judicial, uma vez que os planos de bacia representam melhor a realidade da bacia como um todo. O Secretário Adjunto colocou que a defesa desta ação judicial encontra-se na PGE, mas não se tem nada no sentido dos planos de bacia formalizados. A conselheira Alessandra Panizi colocou que é advogada do Sindenergia e destacou que fazer o Plano Estratégico não

exime a produção de planos de bacia, que é uma responsabilidade do Estado. O Secretário Adjunto questionou se não podem ser trabalhadas as duas vertentes e usar isto para justificar a atuação diferenciada, ao que a conselheira Alessandra Panizi respondeu que sim, destacando que o plano estratégico não é obrigatório e o plano de bacia é. A conselheira Alessandra Panizi solicitou ainda ao Secretário Adjunto que participasse das reuniões do CEHIDRO mesmo que o Secretário de Meio Ambiente não possa comparecer, e que mantivesse a equipe técnica da Superintendência de Recursos hídricos, pois os mesmos conhecem a importância do CEHIDRO e atuam constantemente em defesa do mesmo buscando as soluções mais adequadas para as demandas. O Secretário Adjunto colocou que será fiel ao que foi colocado quando transmitir as demandas do CEHIDRO, se comprometendo a estar presente nas reuniões e irmanado nas questões hídricas. A conselheira Telma Monteiro solicitou ao Secretário Adjunto que se engajasse junto à SEMA e à Subprocuradoria do Meio Ambiente para dar andamento na revisão da Lei 6.945/97, que se encontra na Subprocuradoria desde o ano passado. O Secretário Executivo colocou que já foi encaminhado à SURH o documento sobre a revisão da Lei 6.945/97, que implantaremos a sala de situação e toda parceria será bem vinda, destacando ainda que quanto ao retorno da Sala do CEHIDRO, vai tratar com bons olhos este pedido. O Secretário Executivo passou a palavra ao conselheiro Décio Siebert, que informou aos conselheiros que em parceria com o projeto Oasis Fundação Boticário e com a ANA, será criada uma lei municipal de pagamento de serviços ambientais em Tangará da Serra para viabilizar o projeto Produtor de Água, destacando que o Comitê conseguiu a atenção do Prefeito de Tangará da Serra o qual percebeu a importância do projeto. O Secretário Adjunto agradeceu a presença de todos e colocou que levaria as solicitações ao Secretário. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO  
Presidente do CEHIDRO

---

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI  
Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 19/04/2013.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*